

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 546.314 - RS
(2014/0175263-3)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553
RAFAEL LAZZARI SOUZA - RS058596
GUNNAR ZIBETTI FAGUNDES - RS056348
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
FERNANDA SECCHI CERQUEIRA - RS071741
MARCELO VIEIRA PAPALEO - RS062546

AGRAVADO : SILVIA PIRES BATISTA
AGRAVADO : LAEL ROLIM KREBS
AGRAVADO : LENORA SPERB LEITE
AGRAVADO : ELZA WILIG TEIXEIRA
ADVOGADOS : ADALBERTO LIBÓRIO BARROS FILHO - RS031340
CHRISTIAN CERVI CORSETTI - RS081293

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DOCUMENTOS PRODUZIDOS DE FORMA UNILATERAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO V. ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. OFENSA À COISA JULGADA. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não prospera a alegada ofensa ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022 do CPC 2015), tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado, apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

2. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, que assim dispõe: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*

3. O eg. Tribunal de origem, à luz dos elementos fático-probatórios contidos nos autos, concluiu que o cumprimento da sentença observa os limites fixados pela coisa julgada. Desse modo, a desconstituição das premissas fáticas adotadas no acórdão recorrido demandaria o revolvimento de provas, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos

da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

